

Capítulo 26 Em Síntese

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Amazônia



Foto: Ana Mendes/Amazônia Real



THE AMAZON WE WANT
Science Panel for the Amazon

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Amazônia

Lilian Painter^a, Ane Alencar^b, Aoife Bennett^c, Paulette Bynoe^d, Camilo Guio^e, Maria R. Murmis^f, Belen Paez^g, Daniel Robison^h, Martin von Hildebrandⁱ, Valeria Ochoa-Herrera^{j,k}, Isabella Leite Lucas^l

Mensagens Principais e Recomendações

- 1) Alcançar uma “Visão Amazônia Viva” (veja o Capítulo 25) requer que as cinco dimensões da Agenda 2030 (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias) sejam posicionadas dentro dos limites da Bacia Amazônica.
- 2) As sinergias entre os ODS podem ser maximizadas através do desenvolvimento de objetivos, metas e indicadores locais.
- 3) O progresso, em termos de paisagem e bacia, deve ser constantemente ampliado e apoiado por uma governança em níveis locais, regionais e nacionais.
- 4) As metas dos ODS voltadas para o fortalecimento de competências científicas e tecnológicas devem ser complementadas com abordagens bioculturais ou de coprodução que conectam sistemas baseados na ciência ocidental com aqueles baseados no conhecimento Indígena e local (ILK, da sigla em inglês).
- 5) É fundamental proteger os direitos da natureza e dos povos Indígenas e comunidades locais (IPLC, da sigla em inglês) para atingir os objetivos da Agenda 2030 na Amazônia. Também é crucial garantir a conectividade aquática e terrestre, e que 80% de cobertura florestal seja mantida, algo incompatível com as atuais práticas de desenvolvimento extrativista.
- 6) Deve-se estabelecer uma parceria global para uma Amazônia Viva por meio do direcionamento de recursos técnicos e financeiros que sejam proporcionais à importância global da Amazônia.

Deve-se garantir transparência e responsabilidade no desenvolvimento de projetos e ao longo de toda a cadeia de suprimentos, com stakeholders dentro e fora da região amazônica exercendo consumo e finanças responsáveis.

- 7) A região amazônica tem sido fortemente impactada pela pandemia da COVID-19, com possíveis retrocessos dos ODS até então alcançados. A crise da COVID-19 é um grito de alerta; os seres humanos vêm causando impactos profundos e com efeitos potencialmente irreversíveis sobre a natureza. Alcançar os ODS é mais urgente do que nunca. É necessário promover uma recuperação verde, inclusiva e transformadora, colocando as partes mais vulneráveis no centro de uma resposta através de políticas integradas baseadas em direitos, incentivos, digitalização, inovação, tecnologia e produção e consumo sustentáveis.

Resumo Este capítulo discute a importância e as limitações das cinco dimensões dos ODS (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias) no contexto da Amazônia. Também discute o desempenho e as tendências dos países amazônicos no alcance dos ODS.

Introdução Quando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram concluídos em 2015, desigualdades ainda persistiam em muitos países e havia uma crescente preocupação a respeito dos impactos antropogênicos sobre o meio ambiente. Em resposta, os Estados Membros da Organização das

^a Wildlife Conservation Society, C. Gabino Villanueva N° 340 Entre 24 y 25 de Calacoto Casilla: 3 - 35181 SM, Bolivia, lpainter@wcs.org

^b Amazon Environmental Research Institute, SCLN 211, Bloco B, Sala 201, Brasília – DF, Brazil 70863-520, ane@ipam.org.br

^c National Intercultural University of the Amazon, San Jose Km. 0.5, Pucallpa 25004, Perú

^d University of Guyana, Turkeyen Campus, Greater Georgetown, Guyana

^e Fundación Gaia Amazonas, Cl. 70a #11-30, Bogotá, Cundinamarca, Colombia

^f Universidad Andina Simón Bolívar, Toledo, Quito 170143, Ecuador

^g Fundación Pachamama, Vía Lumbisí Km 2, Office 5, Quito 170157, Ecuador

^h Future Generations University, 400 Road Less Traveled, Franklin, WV 26807, USA

ⁱ Fundación Gaia Amazonas, Cl. 70a #11-30, Bogotá, Cundinamarca, Colombia

^j Universidad del Rosario, Escuela de Ingeniería, Ciencia y Tecnología EICT, Bogotá, Colombia

^k Universidad San Francisco de Quito, Diego de Robles y Vía Interoceánica, Quito, Ecuador

^l Sustainable Development Solutions Network, 475 Riverside Drive, Suite 530, New York NY 10115, United States

Nações Unidas (ONU) adotaram unanimemente em 2015 a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Essa agenda, que inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até 2030, abrange cinco dimensões: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias¹.

Embora um certo progresso tenha sido alcançado nos últimos 20 anos, as tendências atuais indicam que nenhum país amazônico está no caminho para atingir todos os ODSs nos próximos 50 anos². Apesar de algumas políticas isoladas visando a apoiar caminhos mais sustentáveis pós-2015, todos os países continuaram, em grande medida, a implementar modelos que aumentam as desigualdades e são baseados em atividades econômicas não sustentáveis que, em última análise, levam à degradação do meio ambiente, emprego informal, pobreza, desigualdade, infraestruturas que não atendem a população, corrupção e violência contra os povos Indígenas e comunidades locais (veja os Capítulos 14-20). A crise da COVID-19 tem exacerbado esses desafios estruturais³⁻⁵.

Este capítulo reforça o papel da Visão Amazônia Viva, proposta no Capítulo 25, como uma alternativa urgente às atuais tendências na Amazônia, posicionando as dimensões Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias dentro dos limites da Bacia Amazônica (Figura 26.1).



Figura 26.1 Visão Amazônia Viva e os ODS.

Pessoas

Antes da COVID-19, já havia um atraso, de moderado a significativo, no desempenho de todos os países da região em satisfazer os indicadores ODS na dimensão Pessoas² (Figura 26.2). Em quase todos os casos, os países amazônicos tampouco avançavam em um ritmo adequado ao alcance desses objetivos até 2030.

Limitações da definição de pobreza e importância dos capitais natural e cultural A definição geral de pobreza, como viver abaixo de uma determinada renda mínima, pode ser limitada. Essa definição pode não ser aplicável para sociedades que não são dependentes de empregos assalariados, e não reflete os sistemas de valores ou definições de riqueza de muitas comunidades. Definições de pobreza dos povos Indígenas e comunidades locais permanecem mal compreendidas e, na maioria das vezes, ausentes no planejamento, desenho e implementação de atividades para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Na Amazônia, as diversidades cultural e biológica estão intrinsicamente conectadas e evoluíram em conjunto como sistemas sociais e ecológicos, sendo então designadas diversidade biocultural (veja o Capítulo 10). O capital cultural apoia o capital econômico, humano, físico e ecológico/natural e, dessa forma, é essencial para os meios de subsistência sustentáveis e resilientes⁶ que aumentam a adaptabilidade a crises.

Ainda assim, a ausência de dados semelhantes entre os países amazônicos torna as comparações sobre pobreza quase exclusivamente baseadas em renda, consumo e acesso a programas de assistência social e serviços básicos². Não se levam em conta soluções locais e abordagens interculturais inclusivas, dificultando estratégias alternativas de redução da pobreza e potenciais financiamentos para essas iniciativas.

Impactos da COVID-19 na saúde e educação Embora a maioria dos países tenham demonstrado progresso moderado nos indicadores de saúde e educação em

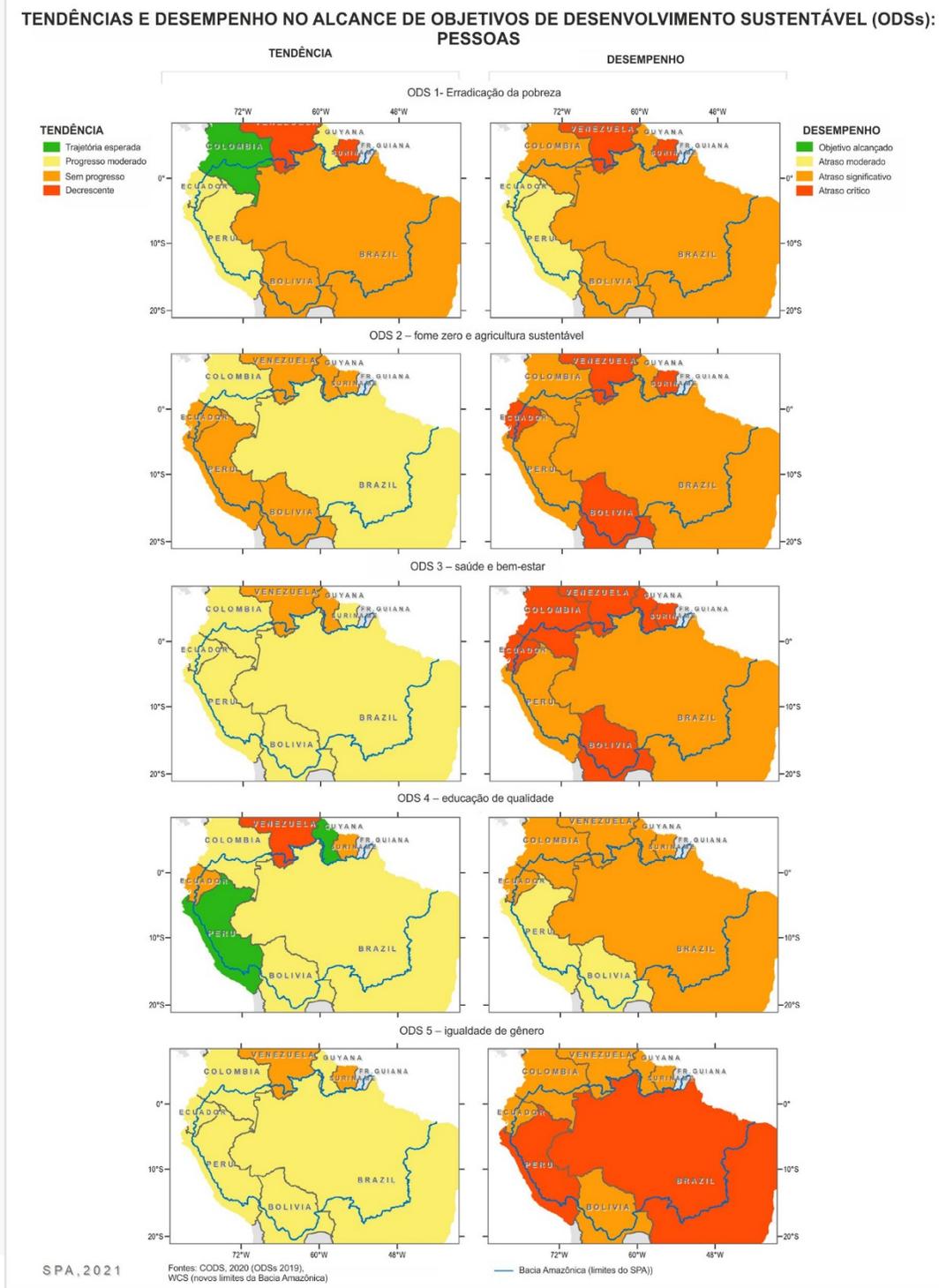


Figura 26.2 Desempenho e tendências para alcance dos ODSs da dimensão Pessoas. Fontes 2, 39.

2019, existe uma alta possibilidade de que essas tendências tenham sido impactadas negativamente pela COVID-19. Os estados brasileiros de Roraima, Amazonas, Pará e Amapá, por exemplo, apresentaram alguns dos maiores índices de casos e mortes por milhão de habitantes do mundo⁷. Esses números podem ser ainda mais altos do que os registrados, visto que evidências indicam que casos de COVID-19 entre as populações Indígenas no Brasil foram subnotificados⁵. É imperativo o acesso universal às vacinas para reduzir desigualdades, mitigar impactos na sociedade e acelerar a recuperação social e econômica.

A América Latina em geral também vem enfrentando uma crise sem precedentes na educação, pois muitos alunos não possuem computadores e/ou acesso à Internet para participar de aulas on-line durante a pandemia⁸.

Disparidades de gênero na Amazônia A região apresenta atrasos significativos no alcance da igualdade de gênero, com desempenho criticamente baixo no Brasil e no Peru. Um progresso moderado tem sido observado na região como um todo, com exceção do Suriname e da Venezuela, onde o progresso se mostra estagnado.

As taxas de violência de gênero são altas: 39% das mulheres da Amazônia colombiana são vítimas de violência doméstica e a região possui a percentagem mais alta de estupros de mulheres no país (1/100)²⁸. Em 2018, estimativas mostraram que um-terço das mulheres na Guiana foram vítimas de violência de gênero (GBV, da sigla em inglês)⁹.

No mundo inteiro, a pandemia da COVID-19 tem exacerbado a desigualdade de gênero por meio de perda de empregos, aumento do trabalho doméstico não remunerado, violência, entre outros¹⁰. É improvável que os países amazônicos sejam a exceção.

Planeta

Água Potável e Saneamento Avanços na legislação foram conquistados na Amazônia, como através do reconhecimento do acesso à água como um direito

humano. Ainda assim, 89% das pessoas que vivem na Amazônia peruana não possuíam acesso à água potável de forma segura em 2020¹¹, e 38% dos domicílios no estado do Amazonas (Brasil) não contavam com conexão à água encanada em 2020¹². Além disso, 50% e 60% dos povos Indígenas vivendo na Colômbia e no Peru, respectivamente, possuem acesso limitado a serviços de saneamento básico¹³.

De modo geral, os países amazônicos apresentaram progresso moderado em relação ao acesso à água e saneamento, embora o progresso seja nitidamente mais lento nas áreas rurais,¹⁴ e a região ainda apresente um atraso moderado em seu desempenho (Figura 26.3).

Muitas cidades na região têm experimentado um aumento na escassez de água, em consequência de mau planejamento, mudanças climáticas e desmatamento¹⁵. Simultaneamente, a atividade ilegal de mineração, descarte de resíduos e outras atividades impactam a qualidade da água e a saúde das populações¹⁶ (veja o Capítulo 21). A capacidade para tratamento de esgoto não tem acompanhado o crescimento da população e ainda existem desigualdades marcantes entre as áreas urbanas e rurais.

Vários países amazônicos têm estabelecido estruturas institucionais para gerenciar as bacias hidrográficas. Entretanto, esses países, muitas vezes, não possuem as capacidades técnicas, de continuidade, implementação, coordenação internacional e recursos financeiros necessários para alcançar de forma satisfatória os objetivos de gestão dessas bacias hidrográficas¹⁷.

Um certo progresso foi obtido em relação a acordos transnacionais para gestão de bacias hidrográficas, em especial na bacia Putumayo e na bacia Madre de Dios. Todos os oito países também adotaram um acordo para a Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia do Rio Amazonas¹⁸.

A conectividade entre os territórios Indígenas e as áreas protegidas em nível de bacia hidrográfica e paisagem é crucial. Recentes avanços na promoção

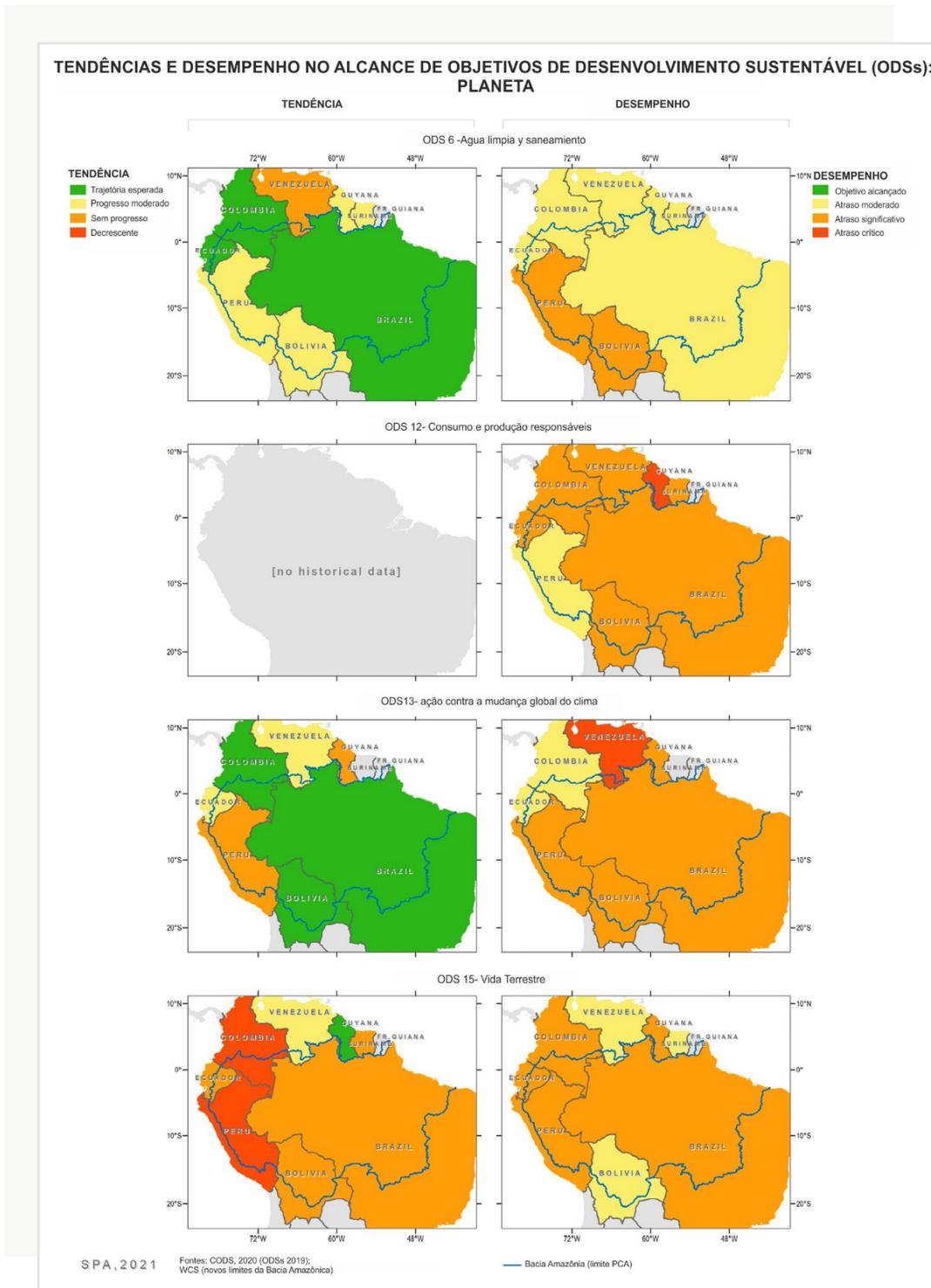


Figura 26.3 Desempenho e tendências para alcance dos ODS da dimensão Planeta. Fontes 2, 39.

do diálogo intercultural entre o conhecimento Indígena e local e a ciência ocidental representam uma oportunidade para incorporar práticas culturais de gestão aos planos de gestão nacionais ou regionais das bacias hidrográficas.

Produção e Consumo Responsável A Colômbia, o Equador e o Peru têm criado estratégias para promover uma economia circular desde 2019 e todos os países amazônicos possuem legislações ou estratégias para gestão de resíduos. A Colômbia, o Brasil e a Bolívia vêm rapidamente adotando inovações digitais¹⁹, que serão essenciais para concretizar oportunidades para a economia circular. Contudo, na ausência de políticas, apoio fiscal e treinamento, é provável que essas oportunidades sejam aproveitadas pelas grandes empresas, deixando os pequenos negócios em desvantagem. O mesmo risco se apresenta no setor agrícola. Na Bolívia, no Equador e no Peru, aproximadamente 30% da população trabalha nesse setor, sendo a maioria pequenos proprietários. Dessa forma, a transição para uma economia circular baseada na natureza deve priorizar os pequenos proprietários, inclusive os povos Indígenas e as comunidades locais²⁰.

É necessária uma cooperação internacional através de normas robustas para garantir que a transição para uma bioeconomia circular resulte em benefícios ambientais reais, promova a inovação em setores de alto valor agregado por meio de pesquisas, evite o deslocamento de problemas socioambientais para outras regiões, e promova a transparência e a responsabilidade ao longo das cadeias de fornecimento. Atualmente, os indicadores relacionados à gestão sustentável e ao uso eficiente de recursos naturais não consideram os fluxos de recursos impulsionados pelas demandas do mercado externo. Dessa forma, os países consumidores não contabilizam o impacto ambiental e o custo humano da carne, soja, petróleo e gás, madeira e ouro que importam.

Finalmente, sistemas de valor tradicionais (veja os Capítulos 10 e 13) representam um importante potencial para combinar a produção e o consumo responsável com o respeito pelos direitos humanos e a

colaboração com os povos Indígenas (veja os Capítulos 30-33).

Ação Urgente no Combate às Mudanças Climáticas A urgência em lidar com as mudanças climáticas na Amazônia é dupla: em primeiro lugar, a Amazônia é uma gigantesca reserva de carbono (veja o Capítulo 6) e sua floresta atua como um imenso mecanismo de resfriamento. Dessa forma, qualquer solução para o combate às mudanças climáticas globais deve considerar a redução do desmatamento na Amazônia. Em segundo lugar, processos de retroalimentação entre mudanças climáticas e desmatamento podem reduzir a evapotranspiração e o papel da Amazônia na produção dos regimes regionais de precipitação (veja os Capítulos 22-24).

Todos os países amazônicos são signatários do Acordo de Paris e possuem compromissos para reduzir o desmatamento e promover o reflorestamento dentro de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, da sigla em inglês)²¹. Contudo, existe a necessidade de uma visão regional comum para a conservação e restauração que aborde as causas do desmatamento e a degradação ambiental (veja os Capítulos 14-20). Iniciativas como a parceria NDC (2018) e a NDC América Latina e Caribe²² podem orientar a criação de uma visão amazônica regional. Em um nível subnacional, é encorajador o progresso alcançado no envolvimento de governos locais na Agenda 2030 de desenvolvimento, como a rede Local2030. Incentivar os governos a considerar o conhecimento Indígena e local e as práticas em apoio da meta 13.2 dariam uma grande contribuição para o alcance do ODS 13. As medidas acima mencionadas também estão conectadas diretamente com o ODS 15. A cooperação internacional é crucial para a criação de estratégias de mitigação e adaptação na Amazônia, aplicando-se a inovação social para desenvolver tecnologias específicas customizadas para as possibilidades e necessidades locais²³.

Vida na Terra A conservação pode ser atingida em escala com a criação de áreas protegidas em nível nacional e subnacional, inclusive terras Indígenas que atualmente cobrem 50% da região²⁴. A fim de manter os 80% de cobertura florestal necessários para se

evitar um potencial ponto de inflexão na Amazônia²⁵ (veja o Capítulo 24), essas áreas precisam ser conectadas por novas áreas protegidas ou Outras Medidas Eficazes de Conservação (OMEC), gestão sustentável do uso dos recursos naturais e intervenções de restauração. Assinado por todos os países amazônicos com exceção da Venezuela, em 2019, o Pacto Letícia representa uma oportunidade de coordenação a nível do bioma que visa a manter a saúde das florestas e dos rios.

Prosperidade

Energia limpa e acessível Um progresso notável no aumento do acesso à energia elétrica nas áreas urbanas e rurais da América Latina pôde ser observado desde a década de 1990²⁶, e tendências atuais indicam que a maioria dos países está no caminho para alcançar essa meta. Apesar de pesquisas e inovações, a aplicação prática dos projetos de energia sustentável permanece difícil e com custos altos. Consequentemente, ainda existem atrasos, de moderados a significativos, na disponibilidade de energia limpa e acessível em todos os países da região, além de um atraso crítico na Bolívia (Figura 26.4). Também é importante destacar que esse indicador não inclui *trade-offs* entre os projetos hidroelétricos e as emissões associadas provenientes da perda florestal, impactos nos sistemas aquáticos ou efeitos na indústria da pesca²⁷.

Trabalho decente e crescimento econômico Os países amazônicos apresentam atrasos de desempenho que vão de significativos a críticos, além de tendências variadas em direção ao alcance deste objetivo. As contribuições modestas das regiões amazônicas ao PIB de seus países estão altamente associadas às atividades econômicas não sustentáveis vinculadas à degradação e perda de habitats. Isso representa um ciclo de retroalimentação negativa, pois os serviços ecossistêmicos sustentam o crescimento econômico e empregos em setores-chave.

O uso sustentável de recursos biológicos baseado no conhecimento, ou uma bioeconomia, é a única forma de quebrar esse paradoxo, mantendo simultaneamente a estabilidade climática e um meio

ambiente saudável, requisitos-chave para a manutenção da produtividade²⁸.

O setor informal domina os postos de trabalho na Amazônia, tanto nas áreas rurais, onde são raras as oportunidades de emprego formal, quanto nas áreas urbanas. Em 2019, o setor informal foi responsável por 64% dos postos de trabalho na Bolívia, cerca de 60% no Equador e Peru e 41% no Brasil, a taxa mais baixa³.

Indústria, inovação e infraestrutura A industrialização sustentável e inclusiva, bem como a inovação e a tecnologia são cruciais para transformar o papel dos países da região para além de simples exportadores de matérias-primas, visando a adição de valor e a criação de empregos qualificados nas áreas urbanas e rurais. Os desafios e as oportunidades para uma nova bioeconomia de florestas em pé e rios fluindo saudáveis na região são discutidos no Capítulo 29.

Desigualdades na geração de riqueza a partir dos recursos amazônicos Existem desigualdades significativas na Amazônia, de acordo com os coeficientes Gini de 2018, que foram exacerbadas durante a crise da COVID-19. Os povos Indígenas, especialmente as mulheres, são mais vulneráveis e apresentam os índices mais baixos de alfabetização e educação, os índices mais altos de mortalidade infantil e materna e os índices mais altos de pobreza²⁹. Entretanto, a inclusão de métricas não-monetárias nas análises poderia reduzir pela metade os índices de pobreza nas comunidades Indígenas com acesso a rios e florestas saudáveis³⁰, o que significa que consolidar e manter os territórios dos povos Indígenas e comunidades locais e um meio ambiente saudável são cruciais para reduzir as desigualdades na região (veja o Capítulo 30).

Cidades e comunidades sustentáveis A Amazônia está passando por um rápido processo de urbanização (veja o Capítulo 14), o que tem levado a atrasos no acesso a serviços básicos (ex.: gestão de resíduos) e aumento da violência (Figura 26.4). Para propostas para cidades mais sustentáveis, que integram melhor as áreas urbanas e rurais, veja o Capítulo 33.

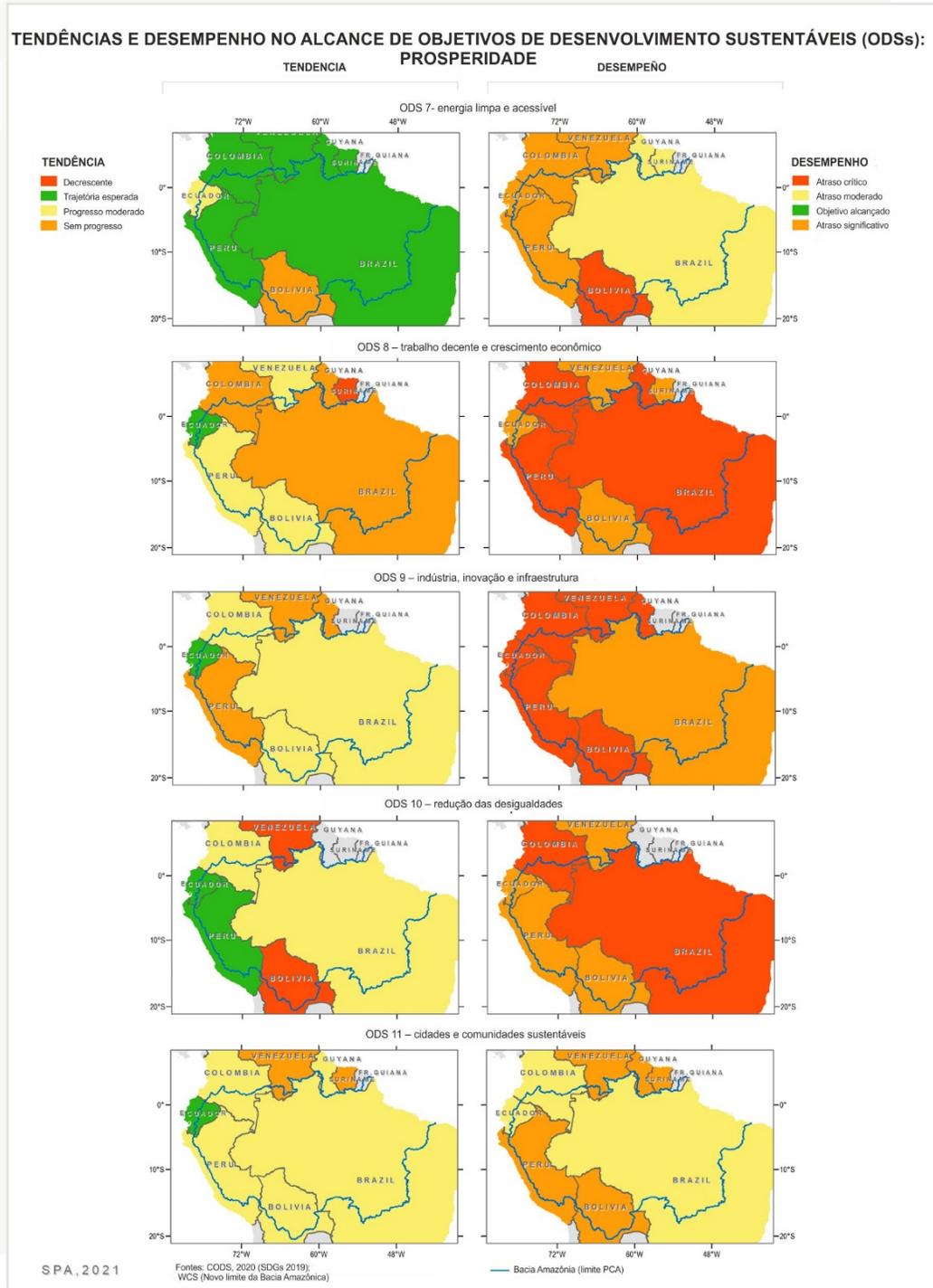


Figura 26.4 Desempenho e tendências para alcance dos ODS na dimensão Prosperidade Fontes ^{2, 39}.

Paz Todos os países amazônicos apresentam atrasos significativos ou críticos nos indicadores relacionados à segurança, percepção da corrupção³¹, e do estado de direito; somente metade dos países vem progredindo, de forma moderada, na melhoria desses indicadores (Figura 26.5). A região permanece como uma das mais violentas do planeta, com a Venezuela apresentando o maior número de homicídios dolosos por 100.000 habitantes (56.3) e o Suriname, o menor (5.5)³². A violência recrudescer em bairros pobres e nas periferias das cidades³³, o que pode estar relacionado a atividades ilegais (ex.: drogas e mineração de ouro) e conflitos de terras (veja o Capítulo 14).

A relação entre paz e o meio ambiente tem levado à criação e ao desenvolvimento de noções como paz ambiental, na qual se assume que existem múltiplos vínculos claros entre conflitos armados e disputas sobre recursos naturais e o meio ambiente. Por exemplo, a ligação entre natureza e paz está incluída no Acordo de Paz da Colômbia, sendo um de seus fundamentos³⁴. Essa ligação é também reconhecida nas constituições da Bolívia (2009) e do Equador (2008), nos conceitos de Bem Viver ou *Sumak*

Kawsay, e em uma abordagem que reconhece a importância da natureza e do multiculturalismo para a paz³⁵. Entretanto, a falta de respeito pelos direitos dos povos Indígenas e comunidades locais continua a ser um obstáculo para a paz na região. A Global Witness relatou 98 assassinatos de ambientalistas na Amazônia em 2019, dos quais 40% eram líderes Indígenas³⁶.

Parcerias No geral, a região apresenta atrasos, de moderados a significativos, no desempenho da dimensão Parcerias. Somente o Suriname está no caminho para alcançar o ODS 17 até 2030, enquanto Bolívia e Venezuela apresentam tendências negativas (Figura 24.6).

O reconhecimento global do valor cultural e ambiental da Amazônia vem reunindo apoio internacional para a região. Entre 2013 e 2015, aproximadamente US\$ 1,07 bilhão foram investidos na proteção ambiental, a maior parte desse valor por instituições bilaterais ou multilaterais. Entretanto, investe-se muito mais em infraestrutura não sustentável e projetos de energia que impulsionam o desmatamento. Por exemplo, 33 grandes instituições financeiras

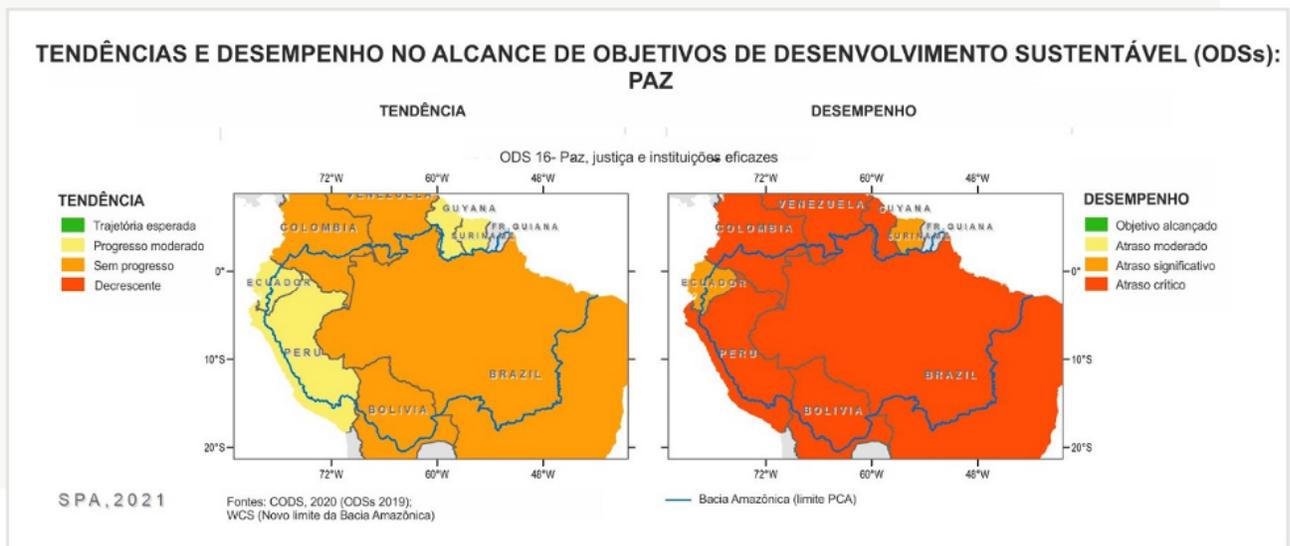


Figura 26.5 Desempenho e tendências para alcance dos ODS na dimensão Paz. Fontes 2, 39.

européias investiram um total agregado de US\$ 20 bilhões em companhias diretamente envolvidas no desmatamento florestal no Brasil de 2015 a 2020³⁷. A fim de abordar essas inconsistências, é preciso criar uma parceria global para uma Amazônia Viva, considerando sua crítica relevância regional e global.

Governos também devem orientar e apoiar planos locais e em nível de sub-bacias assegurando os direitos humanos, inclusive aqueles para as futuras gerações, fornecendo informações, serviços básicos, infraestrutura resiliente adequada, inovação e incentivos ou desincentivos para diferentes atividades econômicas. Especialmente importantes são as parcerias entre países, como o Pacto Letícia, a fim de mensurar os custos ambientais de projetos de extração e de infraestrutura não sustentáveis em relação aos bens comuns, especialmente através das bacias hidrográficas.

A implementação desses acordos exigirá uma mudança de paradigma que empodere e alavanque parcerias multiculturais entre os *stakeholders* locais através de biorregiões descentralizadas, dentro e

através das fronteiras nacionais. O progresso em nível biorregional deve ser dimensionado e apoiado por uma governança em múltiplos níveis em termos nacionais e na bacia, visando a eficácia do cumprimento da lei, de políticas e da distribuição de recursos financeiros. Finalmente, o setor privado, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil podem criar parceiras em diferentes escalas a fim de apoiar investimentos, a ciência, inovações e pesquisas que alavanquem a diversidade cultural e biológica na região.

Todos os países precisarão se recuperar da crise da COVID-19. Ao invés de reduzir suas ambições de alcançar os ODS, a crise pode ser uma oportunidade para investimentos transformativos em direção a um futuro mais sustentável e justo³⁸. O acesso à conectividade pela internet para toda a população da Amazônia é fundamental para fomentar inovações visando ao alcance dos ODS.

Conclusões Os países amazônicos já estavam apresentando atraso para o alcance da maioria dos ODS mesmo antes da COVID-19. Todavia, eles possuem o potencial de adotar uma nova abordagem ao

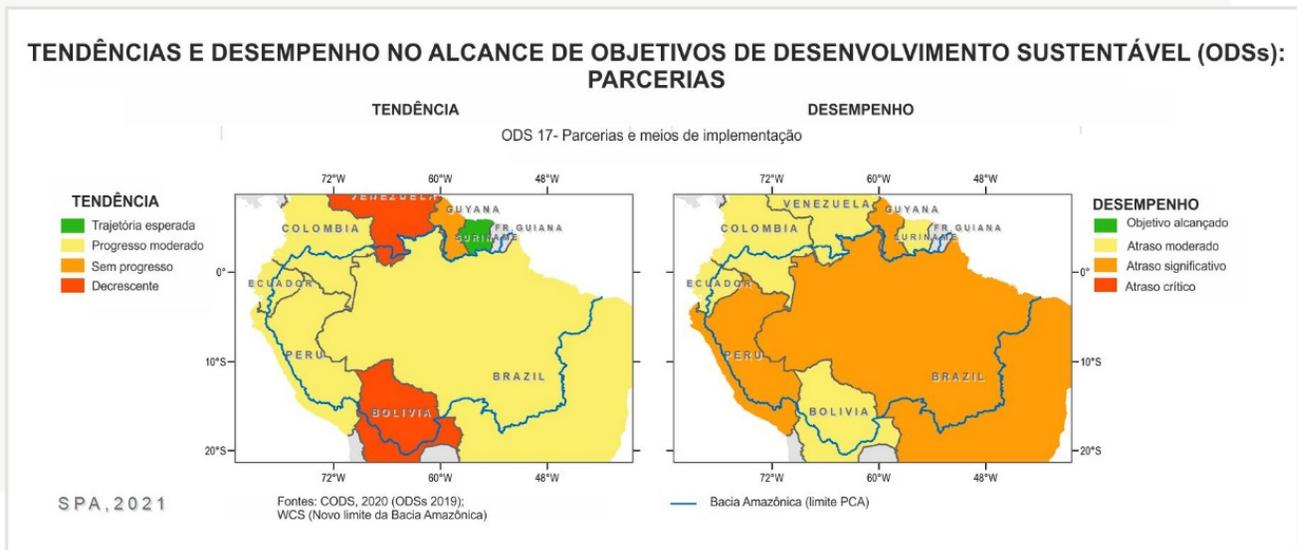


Figura 26.6. Desempenho e tendências para alcance dos ODS na dimensão Parcerias. Fontes^{2, 39}.

desenvolvimento que mantenha a diversidade e integridade ecológica, direitos e justiça social, prosperidade econômica e equidade (veja o Capítulo 25). Essa transformação em direção a uma Amazônia Viva exige financiamentos internacionais e parcerias regionais. É possível estabelecer uma estrutura para minimizar os *trade-offs* e maximizar as sinergias entre os diferentes ODS por meio de políticas locais, nacionais e internacionais com claros acordos vinculantes e que também forneçam incentivos para que o setor privado adote normas de sustentabilidade, especialmente quando se considera incentivos fiscais para recuperação em relação à COVID-19. Entretanto, só será possível haver uma mudança transformativa no nível de paisagem ou bacia quando *trade-offs* ou sinergias entre diferentes prioridades puderem ser avaliadas. Alavancar o conhecimento e a organização local garantirá propriedade e responsabilidade.

Referências

1. United Nations. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development | Department of Economic and Social Affairs. *United Nations General Assembly* (2015).
2. CODS. *Índice ODS 2019 para América Latina y el Caribe. Centro de los objetivos de desarrollo sostenible para américa latina* (2020).
3. ECLAC. CEPALSTAT: Statistics and Indicators (database). *Economic Commission for Latin America and the Caribbean* https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=i (2021).
4. INPE-PRODES. Monitoring Deforestation of the Brazilian Amazon Forest by Satel-lite. <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes> (2021).
5. Fellows, M. *et al.* Under-Reporting of COVID-19 Cases Among Indigenous Peoples in Brazil: A New Expression of Old Inequalities. *Front. Psychiatry* 12, (2021).
6. Bennett-Curry, A., Malhi, Y. & Menton, M. Leakage effects in natural resource supply chains: a case study from the Peruvian commercial charcoal market. *Int. J. Sustain. Dev. World Ecol.* 20, 336–348 (2013).
7. Nacher, M. *et al.* The Epidemiology of COVID 19 in the Amazon and the Guianas: Similarities, Differences, and International Comparisons. *Front. Public Heal.* 9, (2021).
8. World Bank. Urgent action is needed to address the enormous education crisis in Latin America and the Caribbean. <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/03/17/hacer-frente-a-la-crisis-educativa-en-america-latina-y-el-caribe> (2021).
9. Contreras-Urbina, M. *et al.* *Guyana Women's Health and Life Experiences Survey Report. Government of Guyana, UNDP, USAID, IDB, UN Women, University of Guyana, and The Global Women's Institute, The George Washington University* (2019).
10. Madgavkar, A., White, O., Krishnan, M., Mahajan, D. & Azcue, X. COVID-19 impact on women and gender equality. *McKinsey Global Institute* <https://www.mckinsey.com/featured-insights/future-of-work/covid-19-and-gender-equality-countering-the-regressive-effects> (2020).
11. Fundación Aque. Agua y saneamiento en la Amazonía peruana. <https://www.fundacionaque.org/agua-y-saneamiento-en-la-amazonia-peruana/> (2017).
12. WHO and UNICEF. Joint monitoring programme for water supply, sanitation and hygiene. *The Joint Monitoring Program* <https://washdata.org/> (2020).
13. ECLAC *et al.* *The impact of COVID-19 on indigenous peoples in Latin America (Abya Yala): between invisibility and collective resistance. Project Documents (LC/TS.2020/171)*. (2021).
14. CEPAL. ODS 6: Garantizar la disponibilidad y la gestión sostenible del agua y el saneamiento para todos en América Latina y el Caribe. in *Tercera Reunión del Foro de los Países de América Latina y el Caribe sobre el Desarrollo Sostenible, convocada bajo los auspicios de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) en Santiago del 24 al 26 de abril de 2019*. (2019).
15. World water week. No Amazonia, no water: climate change in the rainforest. <https://www.worldwaterweek.org/event/9163-no-amazonia-no-water-climate-change-in-the-rainforest> (2020).
16. Rocha-Román, L., Olivero-Verbel, J. & Caballero-Gallardo, K. R. Impacto de la minería del oro asociado con la contaminación por mercurio en suelo superficial de San Martín de Loba, Sur de Bolívar (Colombia). *Rev. Int. Contam. Ambient.* 34, 93–102 (2018).
17. Dourojeanni Ricordi, A. C. Sistemas de gestión de las intervenciones en las cuencas. <https://www.iagua.es/blogs/axel-charles-dourojeanni-ricordi/sistemas-gestion-intervenciones-cuencas> (2020).
18. OTCA/PNUMA/OEA. Proyecto manejo integrado y sostenible de los recursos hídricos transfronterizos en la cuenca del río Amazonas considerando la variabilidad climática y el cambio climático. *Repos. Inst. - ANA* 1–116 (2006).
19. Muruzábal, C. For Latin America to thrive in the digital era, it must first teach minds, then the machines. *World Economic Forum* <https://www.weforum.org/agenda/2018/03/here-how-latin-america-can-thrive-in-the-digital-era/> (2018).
20. Mills, E. *The Bioeconomy: A Primer*. <http://lup.lub.lu.se/record/8054628> (2015).
21. UNFCCC. Intended nationally determined contributions as communicated by Parties. *Intended Nationally Determined Contribution* <https://www4.unfccc.int/sites/submissions/INDC/SubmissionPages/submissions.aspx> (2021).
22. Samaniego, J. *et al.* *Panorama de las contribuciones determinadas a nivel nacional en América Latina y el Caribe, 2019: avances para el cumplimiento del Acuerdo de París*. (2019).
23. Ingutia, R. The impacts of COVID-19 and climate change on smallholders through the lens of SDGs; and ways to keep smallholders on 2030 agenda. *Int. J. Sustain. Dev. World Ecol.* (2021).
24. RAISG. Amazonia 2019 – Protected Areas and Indigenous Territories. <https://www.amazoniasocioambiental.org/en/maps/> (2019).

25. Lovejoy, T. E. & Nobre, C. Amazon tipping point: Last chance for action. *Sci. Adv.* 5, eaba2949 (2019).
26. Iorio, P. & Sanin, M. E. *Acceso y asequibilidad a la energía eléctrica en América Latina y El Caribe*. (Inter-American Development Bank, 2019).
27. Santos, R. E., Pinto-Coelho, R. M., Drumond, M. A., Fonseca, R. & Zanchi, F. B. Damming Amazon Rivers: Environmental impacts of hydroelectric dams on Brazil's Madeira River according to local fishers' perception. *Ambio* 49, 1612–1628 (2020).
28. ECLAC & ILO. Environmental sustainability and employment in Latin America and the Caribbean. *Employ. Situat. Lat. Am. Caribb.* (2018).
29. Collen, W. The Amazon and Agenda 2030. *UNDP. United Nations Dev. Program.* 40 (2016).
30. Salinas, E., Wallace, L., Painter, Z., Lehm, C. & Ramírez, A. *The environmental, economic and sociocultural value of indigenous territorial management in the Greater Madidi Landscape*. (2017).
31. Simon, R. & Aalbers, G. *The 2020 Capacity to Combat Corruption (CCC) Index Assessing Latin America's ability to detect, punish and prevent corruption amid covid-19*. (2020).
32. UNODC. UN Office on Drugs and Crime's International Homicide Statistics database. <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/statistics.html> (2020).
33. Alvarado, N. & Muggah, R. *Crime and Violence. Obstacles to Development in Latin American and Caribbean Cities*. (2018).
34. Gobierno nacional de Colombia y Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia-Ejército del Pueblo, F.-E. Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera. Proceso constituyente fragmentado. Un nuevo pacto o contrato social para la paz. 3–4 (2016).
35. Hidalgo-Capitán, A. L., Arias, A. & Ávila, J. *El pensamiento indigenista ecuatoriano sobre el Sumak Kawsay. Sumak Kawsay Yuyay. Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay* (2014).
36. Global Witness. *Defending tomorrow: The climate crisis and threats against land and environmental defenders*. URL: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defending-tomorrow> (2020).
37. Fair Finance International, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor & Sweden Sverige. *Financiamentos e investimentos no desmatamento da Amazônia e do Cerrado São*. (2020).
38. Lancet COVID-19 Commission. *Transforming Recovery into a Green Future. Statement of the Lancet COVID-19 Commission task force on Green Recovery*. <https://static1.squarespace.com/static/5ef3652ab722df11fcb2ba5d/t/60a3cae4eff4662023cfc88a/1621347052333/Green+Recovery+TF+March+Statement.pdf> (2021).
39. Venticinque, E. et al. An explicit GIS-based river basin framework for aquatic ecosystem conservation in the Amazon. *Earth Syst Sci Data* 651–661 https://knbn.ecoinformatics.org/view/doi%3A10.5063%2FF1BG2KX8#snapp_computing.6.1 (2016).